



Documento de orientação para as pautas da X Reunião da Coordenação Nacional do FBES

Para facilitar a dinâmica e a metodologia da X Reunião da Coordenação Nacional, entre 18 a 20 de agosto de 2011, este documento irá acompanhar todas as pautas da nossa reunião, com as questões de deliberação de cada pauta e as informações de preparação transmitidas pelos fóruns estaduais, entidades nacionais e rede de gestores¹.

A coordenação executiva e a secretaria executiva desejam uma ótima reunião a todas e todos!

Orientações para as Pautas

1. Atividade pedagógica e análise de conjuntura.....	2
2. PL 865.....	2
3. Balanço do triênio.....	3
4. Ato Político.....	4
5. Orientações Estratégicas 2012-2014.....	4
6. V Plenária.....	5
7. Eleição da Coordenação Executiva e definição das Entidades Nacionais e GTs.....	5

¹ Foi recebida a preparação dos seguintes fóruns estaduais: AC, AL, AP, BA, CE, GO, PR, RJ, RN, RR, RS e SP. Mesmo assim a maioria dos estados não conseguiu enviar seus debates sobre todas as pautas solicitadas. Os estados que não conseguiram encaminhar antecipadamente nenhuma informação foram: AM, DF, ES, MA, MG, MS, MT, PI, PB, PE, RO, PA, SC, SE e TO. Das entidades nacionais apenas o IMS enviou suas contribuições. A rede de gestores também não enviou seus debates sobre as pautas.

1. Atividade pedagógica e análise de conjuntura

Neste momento realizaremos conjuntamente a análise de conjuntura, com trabalho por regiões e socialização dos debates.

Este é um momento educativo e formativo para fazer uma discussão de conjuntura, ao mesmo tempo em que aprendemos um instrumento de construção de análise de conjuntura para aplicarmos em nossas bases.

Nesta metodologia, serão destacados os seguintes elementos para a análise de conjuntura:

Acontecimentos: acontecimentos de maior importância e impacto para o movimento.

Cenários: o espaço ou clima social em que ocorrem os acontecimentos.

Atores: quem são os atores envolvidos, quais os papéis que são desempenhados no contexto por pessoas físicas e/ou jurídicas, classe ou grupos sociais que são ativos no processo. A ausência e/ou omissão de atores também muda o cenário e a correlação de forças.

Relação de forças: seja de confronto, coexistência ou cooperação, que estarão sempre revelando uma relação de domínio, de igualdade ou subordinação, não sendo algo imutável.

Corte conjuntural: na análise de conjuntura tem que ser percebido o tempo passado e futuro, ou seja, para refletir sobre certo contexto há necessidade de elementos temporais mínimos e perceber a relação entre as coisas, o movimento e o ritmo dos acontecimentos.

Esta atividade pedagógica dá início às pautas políticas da X Reunião e é um dos fundamentos para as etapas seguintes e construção dos objetivos e temas da V Plenária.

2.

PL 865

O ano de 2011 foi de intensas mobilizações após o encaminhamento pela Presidenta Dilma do Projeto de Lei 865, que cria a Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa (SEMPE) e transfere a SENAES e o Conselho para lá.

No “Documento de negociação do movimento de Economia Solidária com o governo federal sobre o PL 865”, entregue ao Ministro Gilberto Carvalho no início de agosto, há um balanço desta mobilização, além da proposta de negociação do movimento de Economia Solidária junto à Presidência da República, a partir dos resultados das Audiências Públicas.

Entretanto, o Governo Federal colocou o PL 865 em regime de urgência no dia 12 de agosto de 2011. Com isso, o prazo para emendas ao PL 865 é somente até dia 25 de agosto (semana que vem!) e o prazo de aprovação no Plenária do Congresso é de 45

dias. Além disso, a grande mídia noticiou no dia 16 de agosto que Luiza Trajano, dona do Magazine Luiza, aceitou o convite da Presidenta Dilma para comandar a pasta da Micro e Pequena Empresa.

Está muito difícil de haver uma reunião com o Ministro Gilberto Carvalho antes do dia 25, portanto é fundamental o FBES se posicionar e definir sua ação nesta conjuntura. Há informações também, vindas da Secretaria Geral, de que Dilma teria desistido de manter a Economia Solidária dentro da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, o que significaria uma conquista importante do movimento de Economia Solidária e uma tomada de conhecimento, por parte do governo federal, sobre o que é a Economia Solidária e sua perspectiva no campo do desenvolvimento.

3. Balanço do triênio

O objetivo desta pauta é completar o balanço do triênio (2009-2011) das 6 Linhas de Ação, que se iniciou na preparação estadual e nos Encontros Regionais de 2010. Esta discussão trará os elementos para as próximas pautas da X Reunião, em especial as Orientações Estratégicas e a V Plenária.

O balanço nacional das 6 Linhas de Ação será associado às bandeiras do FBES definidas na IV Plenária. A proposta é dividir as/os integrantes da Coordenação Nacional em 3 grupos (A, B e C), cada um com algumas linhas de ação específicas e com informações de subsídio e questões orientadoras para o debate.

É importante cada grupo tenha pelo menos um/a representante de cada Estado.

GRUPO A: Linhas 2, 1 e 6 (Empreendimentos, Fóruns Estaduais e sustentabilidade)

GRUPO B: Linhas 3 e 2 (Políticas Públicas e seus resultados para os empreendimentos)

GRUPO C: Linhas 4 e 5 (Divulgação, relação com movimentos sociais e relações internacionais)

Detalhes e subsídios para o trabalho em grupos encontra-se no documento "Subsídios para o Balanço trienal 2009-2011".

4.

Ato Político

Nosso ato político vai lançar os materiais da “Campanha pela Lei da Economia Solidária – Iniciativa Popular para um Brasil Justo e Sustentável”. O objetivo é intensificar a campanha de coleta de assinaturas através de materiais audiovisuais da campanha e com mais clareza das estratégias para conquistarmos nossa lei e mobilizarmos a sociedade a favor da economia solidária.

Este é o momento de dialogarmos com movimentos sociais e governo, que vão trazer uma análise de conjuntura e como observam a economia solidária no período, bem como as contribuições da Lei para o desenvolvimento justo, diverso, solidário e sustentável do país.

Algumas informações enviadas pelos estados e pela Secretaria Executiva Nacional encontram-se no documento “Coleta de Assinaturas para a Lei da Economia Solidária: Informações dos Estados”.

5. Orientações Estratégicas 2012-2014

Considerando a preparação dos estados e a realização da pauta 2 (Balanço do Triênio 2009-2011), este é o momento de definir as principais orientações estratégicas do FBES para o próximo triênio (2012-2014). A partir destas orientações, a Coordenação Executiva fará um Planejamento Estratégico detalhado para o triênio.

A primeira coisa a definir é a seguinte: Mantemos as mesmas 6 Linhas de Ação ou há mudanças? Se sim, quais?

Depois de definirmos quais devem ser as linhas de ação do próximo triênio, é a hora de definir as principais orientações estratégicas de cada uma delas. Para cada Linha de Ação, debater:

- O que é a linha? Qual objetivo?
- Aonde queremos estar em 2014 nesta linha?
- Quem está envolvido? Quem são os aliados?
- Como será trabalhada? Definir as prioridades, e, para cada uma, definir metas e prazos gerais, se possível.
- Que elementos desta linha devem ser discutidos pela base na V Plenária?

Por fim, vamos olhar também o calendário das Conferências Nacionais de 2011 (no documento “Conferências Nacionais previstas em 2011-2012”): quais devem ser prioritárias para nossa participação e diálogo?

6.

V Plenária

Este é um dos momentos mais importantes da X Reunião da Coordenação Nacional: definir o tema, objetivos, a agenda e os eixos prioritários para a construção da V Plenária Nacional de Economia Solidária. Pela nossa última Plenária, ela deveria ocorrer a cada três anos, ou seja, em 2011, mas provavelmente só será possível iniciar o processo rumo à V Plenária em 2011 com encontros regionais e estaduais, e provavelmente a nacional ocorrerá apenas em 2012. Isso é o tema deste ponto de pauta.

A Análise de conjuntura, o Balanço do triênio e as Orientações Estratégicas para o triênio 2012-2014 são etapas preparatórias e por isso devem sempre ser discutidos levando em conta a V Plenária Nacional, de modo a desenhar uma ideia clara do que a Coordenação Nacional espera para este importante momento. Qual deve ser o principal saldo político e organizacional da V Plenária Nacional?

Vários dos Fóruns Estaduais debateram este assunto, e as contribuições enviadas a tempo para a Secretaria Executiva estão no documento “Subsídios dos Fóruns Estaduais para a V Plenária”.

7. Eleição da Coordenação Executiva e definição das Entidades Nacionais e GTs

Entidades Nacionais

De acordo com a IV Plenária Nacional de Economia Solidária, é papel da Coordenação Nacional averiguar periodicamente quais são as Entidades Nacionais do FBES. O critério para uma organização ser considerada como Entidade Nacional, segundo a IV Plenária, é que ela tenha atuação comprovada em pelo menos sete (7) Fóruns Estaduais de Economia Solidária. Para isso, os Fóruns, em suas plenárias estaduais, levantaram quais são as entidades nacionais efetivamente atuantes e comprometidas, para que agora, na X Reunião da Coordenação Nacional, sejam revistas quais são as Entidades Nacionais do FBES. O quadro de indicações dos Estados será apresentado pela Coordenação Executiva.

Coordenação Executiva

Segundo a IV Plenária Nacional, a Coordenação Executiva é composta por 13 titulares com suas suplências. Destas 13 pessoas, 5 são de Entidades Nacionais, 1 da Rede de Gestores, e 7 de Empreendimentos de Economia Solidária (2 da região norte, 2 da região nordeste, 1 da região sul, 1 da região centro-oeste e 1 da região sudeste).

Com relação à eleição da representação de empreendimentos na Coordenação Executiva do FBES, os Fóruns Estaduais refletiram sobre o interesse em compor e, conseqüentemente, apoiar o representante de empreendimento que seja escolhido em cada região. Relembrando alguns aspectos importantes para a escolha desta/e representante:

- perfil agregador;
- apoio do seu Fórum Estadual ou Entidade para participação através de acesso periódico a internet e apoio para alguns custos de reunião e representação nacional;
- ter respaldo e representatividade no estado;
- ter bom diálogo com a coordenação estadual de seu Fórum Estadual;
- bom diálogo junto aos demais estados na região;

Para a escolha das/os representantes de empreendimentos, cada região irá se reunir para debater e definir a pessoa que melhor poderá fazer a representação política cotidiana do FBES. As Entidades Nacionais se reunirão para definir seus 5 titulares e suplentes.

Grupos de Trabalho (Gts)

Antes da criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, existiam GTs mistos com representantes do FBES e da SENAES. Desde então, o FBES tem apenas um GT próprio ativo, criado na IV Plenária Nacional: o GT de Gênero.

Agora é o momento de pensar na criação de GTs do FBES. Para isso, é fundamental resgatar as experiências que cada Fórum Estadual tem com seus GTs, e também pensar cuidadosamente as atribuições e os critérios de composição para que estes GTs tenham atuação efetiva e contribuam com as ações do FBES nas suas várias frentes e demandas.

No documento “Subsídios dos Fóruns Estaduais sobre GTs” estão as contribuições e propostas sobre o assunto que a Secretaria Executiva Nacional recebeu dos estados.